

CARGO TÉCNICO
DESPORTIVO

EDITAL Nº 039/2021

LEIA ESTAS INSTRUÇÕES:

1. Leia atentamente as informações abaixo e, em seguida, assine no espaço reservado.
2. Este caderno contém, respectivamente, uma proposta de Redação e 50 questões de múltipla escolha, assim distribuídas: 01 a 10 - Língua Portuguesa; 11 a 20 - Legislação; 21 a 50 - Conhecimentos Específicos.
3. Lembre-se que, de acordo com o item 8.2 do Edital 05/2021, **há apenas uma alternativa que responde cada questão.**
4. Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeição gráfica que impeça a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
5. A redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo na Folha de Redação fornecida pela CPPS.
6. Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não peça esclarecimentos aos fiscais.
7. A CPPS exige o uso de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
8. Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
9. Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
10. Você dispõe de, no máximo, quatro horas para redigir o texto definitivo na Folha de Redação, responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
11. O preenchimento da Folha de Resposta e da Folha de Redação é de sua inteira responsabilidade.
12. O candidato, ao terminar as provas, entregará ao fiscal de sala o caderno de provas juntamente com a Folha de Respostas referente às provas de múltipla escolha, bem como a folha definitiva da prova de Redação.
13. Somente após cumprido três horas de prova, o candidato poderá sair da sala de aplicação com seu caderno de prova.

Assinatura do candidato: _____

Número de inscrição: _____ CPF: _____

No Brasil, a liberdade de imprensa é considerada um direito fundamental e está garantida na Constituição Federal, em seus artigos 5º e 220.

TEXTO 1

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra, e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

[...]

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário, ao exercício profissional.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica ou artística.

Em nome do pleno exercício da liberdade de imprensa e de expressão, temos visto, no Brasil, uma mídia que nos faz refletir acerca dos limites da publicização da intimidade, da privacidade e da honra de pessoas públicas e anônimas. Têm sido comuns casos em que a mídia noticia questões relacionadas à vida privada, explorando, por exemplo, em rede nacional, sequestros, incêndios, agressões, relações conjugais e extraconjugais e até mesmo casos de aborto e adoção, que, a priori, não deveriam ter seus desfechos influenciados a partir da intervenção midiática. Essa atuação tem despertado a população para o debate no que diz respeito ao papel da mídia e aos limites de sua atuação, sendo avaliada em diferentes áreas, conforme os textos abaixo:

TEXTO 2

A mídia, a cada dia que passa, vem ganhando espaço na sociedade. [...]. Quando ela transmite uma notícia, começa a construir uma realidade. A mídia exerce a função de controle social, no momento em que expõe suas opiniões através das notícias, sendo considerada, não raro, como o quarto poder, dada a força das suas posições e influência sobre a sociedade.

[...]

Porém, estes meios de comunicação transmitem uma série de acontecimentos, informações, fazendo que toda a população usuária, construa uma opinião sobre um determinado assunto. A mídia acaba sendo formadora de um controle social, na medida em que ela dita comportamentos, modismos, costumes e ideologias. [...]

Fonte: Freitas (2018). Disponível em <https://crisrocha80.jusbrasil.com.br/artigos/549048825/a-influencia-da-midia-nos-casos-de-grande-repercussao-no-brasil>. Acesso em: 27 jun. 2022.

TEXTO 3



desenhosdonando



Fonte: Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CfUOr5cJYAj/>.
Acesso em: 28 jun. 2022

Você foi convidado para escrever um **ARTIGO DE OPINIÃO** a ser publicado em um jornal de grande circulação nacional, para se posicionar sobre a seguinte questão:
Qual pode ser o papel do Estado em situações em que a mídia viola a intimidade e a honra das pessoas, alegando liberdade de expressão e de imprensa?

INSTRUÇÕES

O texto deverá ser escrito, com caneta, na modalidade formal da Língua Portuguesa, e ter entre **16 e 60** linhas.

SERÁ ATRIBUÍDA NOTA 0 (ZERO) A PROVA QUE:

- A) Estiver em branco;
- B) Não for redigida no gênero/tipo textual requerido na proposta;
- C) Fugir completamente ao tema da proposta da redação;
- D) For redigida fora do espaço destinado ao texto definitivo na Folha de Redação;
- E) For redigida de forma ilegível;
- F) Não for escrita com caneta preta;
- G) Apresentar identificação do candidato fora do espaço reservado;
- H) Contiver quantidade de linhas inferior ou superior ao determinado na proposta da redação.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Leia o texto abaixo para responder às questões.

VIOLÊNCIA POLICIAL: A LINHA TÊNUE QUE NOS SEPARA DO ABISMO

Domingo de sol, peguei o carro e fui com a família almoçar em um restaurante da Zona Sul de Porto Alegre onde costumamos ir. Chegando lá, passamos em frente a um posto da Brigada Militar, que fica na esquina de uma movimentada avenida. Na rua lateral, um homem, negro e maltrapilho, esbravejava e sacudia a grade de ferro do posto da BM. Passando de carro, não dava para entender direito o que dizia, mas, em seguida, ficamos sabendo que reclamava dos policiais por não lhe terem prestado atendimento, tendo sido vítima de um furto perto dali.

Assim que estacionei o carro, uns 20 metros à frente, percebi que uma viatura policial se aproximava em alta velocidade e com a sirene ligada. A viatura parou em frente ao posto, logo atrás de mim, e dois policiais muito jovens, um homem e uma mulher, desceram correndo, de cassetete em punho. Ao se aproximarem do sujeito, ao invés de interpelá-lo, partiram direto para a agressão. Enquanto o policial espancava as costas, a colega batia com o cassetete em suas pernas, fazendo-o cambalear e cair de joelhos na calçada. O homem já estava rendido, e as agressões continuavam.

Ao descer do carro e presenciar a cena a poucos metros de distância, não tinha como me manter indiferente ao que acontecia. Avancei em direção aos policiais e simplesmente gritei: “O que é isso? Não batam nele! Que tipo de abordagem é essa?” Imediatamente os dois policiais parece que caíram em si, e pararam de espancar o coitado. Ao perceberem uma reação ao que faziam, enquanto os comerciantes e transeuntes à volta já se aglomeravam e assistiam indiferentes (afinal, era um pobre coitado, e estava causando problema), os policiais talvez tenham se dado conta de que estavam diante de um ser humano, que não oferecia risco algum, e que não havia justificativa para uma abordagem violenta como aquela. Naqueles poucos instantes, foi possível perceber como pode operar a desumanização e a onipotência de uma corporação policial, na mentalidade e nas práticas de seus integrantes.

Herdeiras de uma cultura inquisitorial e burocrática, estruturadas muito mais para a manutenção da “ordem pública” do que para a prestação de serviços de segurança, as polícias civis e militares ostentam um histórico nada edificante na relação com o seu público: os ditos cidadãos. Seja quando necessitam do atendimento no “balcão” da delegacia para um registro de ocorrência, ou quando se deparam com uma abordagem policial de rotina, a regra é uma grande desconfiança da sociedade para com suas polícias, seja pela falta de estrutura para dar conta da demanda, ou pela imprevisibilidade da ação de policiais muitas vezes mal preparados e, ao mesmo tempo, “empoderados” para lidarem com um público que é visto mais como um problema do que como o destinatário final de um serviço. Fato é que, nestes 30 anos que nos separam da volta à democracia, com a Constituição Cidadã, ainda não fomos capazes de reestruturar as polícias e colocá-las de fato a serviço da cidadania.

O déficit democrático, nesse sentido, é imenso. Em uma sociedade marcada por conflitos de toda ordem, que colocam, muitas vezes, frente a frente indivíduos incapazes de tratar civilizadamente suas diferenças, as polícias são o braço mais próximo e mais presente do Estado em vários contextos e poderiam cumprir um papel fundamental para a administração de conflitos de forma a reduzir o recurso à violência. É o que se esperava, por exemplo, com o programa das Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro. Pesquisas mostraram, no entanto, que no imaginário dos policiais que atuavam nas UPPs, era considerado mais interessante ir para o confronto armado com traficantes do que ser um canal de pacificação e diálogo, nos moldes de um policiamento comunitário, no interior da favela.

Nestas três décadas de democracia, algumas iniciativas foram tomadas para mudar este quadro. O investimento em formação, por exemplo, gerou experiências importantes, e contribuiu para a qualificação e a reciclagem dos policiais para atuarem em democracia. Porém, o currículo oferecido pelos cursos de formação continuou convivendo com o famoso currículo oculto, aprendido com os colegas antigos na rua, e orientador das práticas que se reproduzem ao longo do tempo.

Se o quadro geral já não era nada animador, a crise política que se abateu sobre o país nos últimos anos acabou por soterrar qualquer perspectiva de uma mudança mais ampla das estruturas e das práticas policiais. A ideia corrente é a de que, se uma maioria parlamentar toma para si o poder de encurtar um mandato presidencial por “pedalada fiscal”, e se o próprio Poder Judiciário se curva à lógica do pragmatismo para o combate ao crime, deixando de lado normas explícitas da Constituição e do Processo Penal, o jogo virou. Tem se tornado lugar-comum ouvir secretários de segurança justificando a violência e a exclusividade dos direitos humanos para “humanos direitos”, jogando para a torcida em uma sociedade amedrontada e refém da violência, justamente pela incapacidade dos gestores oferecerem respostas efetivas e eficazes, e não um discurso populista.

Os números da violência policial, embora muitas vezes subnotificados, comprovam esta deriva democrática. Enquanto em 2009 o número de mortes em decorrência de intervenção policial no Brasil foi de 2.177, em 2016 foram 4.224 mortes, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. No Rio Grande do Sul, dados colhidos pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública mostram que o número de denúncias de violência praticada pelas polícias em Porto Alegre saltou de 73 casos em 2013 para 234 casos em 2016, e quase o dobro disso em 2017.

Para quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais, o que se ouve agora é que “esse pessoal dos Direitos Humanos” vai ter o que merece, e o combate ao crime legitima ações contra a lei das próprias instituições policiais, chanceladas depois pelo Ministério Público e pelo próprio Poder Judiciário. Como já alertou uma vez Pedro Aleixo, quando exercia a vice-Presidência do país no governo Costa e Silva, sobre as consequências do AI5, “Presidente, o problema de uma lei assim não é o senhor, nem os que com o senhor governam o país; o problema é o guarda da esquina”.

O mesmo poderia ser dito agora, quando se fragilizam regras constitucionais, o Poder contramajoritário se curva aos ditames da “opinião pública” e os responsáveis pela segurança pública legitimam discursivamente a violência policial. Em algum momento, será preciso recolocar o guizo no gato, caso contrário continuaremos marchando celeremente para novos recordes de violência policial e para a consolidação de um Estado de Polícia, no qual o indivíduo é como o personagem Josef K., em O Processo, um mero detalhe frente ao funcionamento das engrenagens repressivas, que assumem uma racionalidade própria e alheia ao interesse público. E onde qualquer um pode ser a próxima vítima.

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo é graduado em Direito e doutor em Sociologia pela UFRGS. Atualmente, é professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (Gpesc) e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. É pesquisador associado e membro do Comitê Gestor do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-INEAC), e pesquisador do CNPq.

Texto publicado no jornal Correio Braziliense, em 5 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.ineac.uff.br/index.php/21-artigos/181-violencia-policial-a-linha-tenu-que-nos-separa-do-abismo> Acesso em: 27 jun. 2022. Adaptados para fins didáticos.

/ QUESTÃO 01.

O excerto do texto que melhor poderia sintetizar o posicionamento assumido pelo autor ao longo do texto é:

- a) “Naqueles poucos instantes, foi possível perceber como pode operar a desumanização e a onipotência de uma corporação policial na mentalidade e nas práticas de seus integrantes.”
- b) “Fato é que, nestes 30 anos que nos separam da volta à democracia, com a Constituição Cidadã, ainda não fomos capazes de reestruturar as polícias e colocá-las de fato a serviço da cidadania.”
- c) “Em uma sociedade marcada por conflitos de toda ordem, que colocam, muitas vezes, frente a frente indivíduos incapazes de tratar civilizadamente suas diferenças, as polícias são o braço mais próximo e mais presente do Estado.”
- d) “Em algum momento, será preciso recolocar o guizo no gato, caso contrário continuaremos marchando celeremente para novos recordes de violência policial e para a consolidação de um Estado de Polícia [...]”

/ QUESTÃO 02.

Nos três primeiros parágrafos do texto, a sequência textual predominante é:

- a) Descritiva, já que o autor qualifica uma determinação ação, utilizando adjetivações e verbos no pretérito imperfeito do indicativo.
- b) Explicativa, porque o autor esclarece um determinado assunto, utilizando verbos, em sua maioria, no tempo presente do indicativo.
- c) Argumentativa, uma vez que o autor apresenta seu posicionamento diante de um fato, recorrendo a verbos no modo imperativo.
- d) Narrativa, pois o autor apresenta um relato, utilizando verbos no pretérito perfeito do indicativo para demarcar o encadeamento de ações.

/ QUESTÃO 03.

Sobre a progressão temática do texto, é correto afirmar que:

- a) O quarto parágrafo serve apenas de contextualização para a apresentação da tese do autor nos parágrafos seguintes.
- b) O sexto parágrafo desenvolve a ideia central do texto, que se desdobra em ideias secundárias discutidas nos parágrafos seguintes.
- c) O sétimo parágrafo acrescenta novos argumentos à discussão, mantendo a orientação argumentativa dos parágrafos anteriores.
- d) O oitavo parágrafo elabora uma contra-argumentação às ideias apresentadas no parágrafo anterior.

/ QUESTÃO 04.

A leitura do trecho “Para quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais, o que se ouve agora é que “esse pessoal dos Direitos Humanos” vai ter o que merece [...]” permite-nos afirmar que:

- a) O autor utiliza a expressão “esse pessoal dos Direitos Humanos” para demarcar a sua identificação ideológica com esse grupo, já referenciado pela oração “quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais”.
- b) O autor recorre à expressão “esse pessoal dos Direitos Humanos” para sinalizar o seu distanciamento ideológico em relação ao referido grupo, embora se reconheça como “quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais”.

- c) O autor usa a expressão “esse pessoal dos Direitos Humanos” em oposição a “quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais” para evidenciar discursos contrários sobre um mesmo grupo.
- d) O autor emprega a expressão “esse pessoal dos Direitos Humanos” com o intuito de esclarecer ao leitor a que grupo ele se refere quando fala de “quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais”.

/ QUESTÃO 05.

Pode-se dizer que, na conclusão do texto, o autor

- a) Expõe o que deveria ser feito a fim de evitar possíveis consequências da legitimação da violência policial.
- b) Sintetiza as razões pelas quais ele acredita que as forças policiais são fundamentais para a administração de conflitos.
- c) Retoma o argumento de que a crise política é a principal causa do descrédito das instituições policiais na sociedade.
- d) Reforça o despreparo das polícias brasileiras para atuarem na democracia.

/ QUESTÃO 06.

A concordância consiste na adaptação de certas palavras aos gêneros, número e pessoa de uma determinada palavra no contexto linguístico. Pensando assim, o termo “herdeiras”, no início do quarto parágrafo, concorda com:

- a) Uma cultura inquisitorial e burocrática.
- b) A manutenção da “ordem pública” e da prestação e serviços.
- c) As polícias civis e militares.
- d) Os ditos cidadãos.

/ QUESTÃO 07.

Alguns termos podem ser dispensados, apagados ou eliminados da oração porque são facilmente recuperáveis, pelo interlocutor, no contexto linguístico imediato. Assim, marque a alternativa que preenche o sujeito dos verbos destacados no período: “Seja quando **necessitam** do atendimento no “balcão” da delegacia para um registro de ocorrência, ou quando se **deparam** com uma abordagem policial de rotina...”

- a) No contexto do período, percebe-se que o sujeito de ambos os verbos destacados é “as polícias civis e militares”.
- b) No contexto do período, percebe-se que o sujeito de ambos os verbos destacados é “os ditos cidadãos”.
- c) No contexto do período, percebe-se que o sujeito do primeiro verbo destacado é “a prestação de serviços dos policiais”, e no segundo, é a “ação de policiais”.
- d) No contexto do período, percebe-se que o sujeito do primeiro verbo destacado é “as polícias civis e militares”, e no segundo, é “a prestação de serviços dos policiais”.

/ QUESTÃO 08.

Leia a frase abaixo retirada do texto. Em seguida, julgue as afirmativas sobre ela e marque a alternativa correta quanto à organização sintática da sentença.

“É o que se esperava, por exemplo, com o programa das Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro.”

- I. A expressão “o que” exerce a função de sujeito do verbo “esperar”.
- II. Essa frase é composta por três orações.
- III. O pronome “se” exerce a função de índice de indeterminação do sujeito.
- IV. A expressão “o que” exerce a função de objeto do verbo “esperar”.

- a) I e III
- b) II e IV
- c) III e IV
- d) I e II

/ QUESTÃO 09.

Releia os excertos destacados do texto. Marque a alternativa correta quanto ao uso da vírgula.

- I. “O investimento em formação, por exemplo, gerou experiências importantes, e contribuiu para a qualificação e a reciclagem dos policiais para atuarem em democracia.”
 - II. “Pesquisas mostraram, no entanto, que no imaginário dos policiais que atuavam nas UPPs, era considerado mais interessante ir para o confronto armado com traficantes do que ser um canal de pacificação e diálogo, nos moldes de um policiamento comunitário, no interior da favela.”
- a) Na frase II, o uso das vírgulas entre a expressão “no entanto” se justifica pelo fato de ser uma locução conjuntiva deslocada.
 - b) Na frase I, o uso da vírgula após a palavra “importantes” está inadequado, pois separa duas orações aditivas.
 - c) Na frase I, o uso das vírgulas entre a expressão “por exemplo” é opcional.
 - d) Na frase II, o uso das vírgulas entre “nos moldes de um policiamento comunitário” se justifica pelo fato de ser uma oração explicativa intercalada.

/ QUESTÃO 10.

Analise o período abaixo quanto às relações sintático-semânticas estabelecidas entre os seus elementos. Em especial, observe a função sintática do item **que**, em destaque. Marque a alternativa em que a função sintática do item destacado corresponde à função sintática do **que** no excerto:

*“a crise política **que** se abateu sobre o país nos últimos anos acabou por soterrar qualquer perspectiva de uma mudança mais ampla das estruturas e das práticas policiais.”*

- a) “**Assim que** estacionei o carro, uns 20 metros à frente...”
- b) “...percebi **que** uma viatura policial se aproximava em alta velocidade e com a sirene ligada.”
- c) “...caso contrário continuaremos marchando celeremente para novos recordes de violência policial, e para a consolidação de um Estado de Polícia, **no qual** o indivíduo é como o personagem Josef K., em O Processo ...”
- d) “...um mero detalhe frente ao funcionamento das engrenagens repressivas, **que** assumem uma racionalidade própria e alheia ao interesse público.”

PROVA DE LEGISLAÇÃO

/ QUESTÃO 11.

Levando em conta o disposto na Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990, é CORRETO afirmar:

- a) Nos casos de corrupção, a pena a ser aplicada é a de demissão.
- b) O processo disciplinar, independentemente do relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração para julgamento.
- c) É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público federal, exceto o prestado às Forças Armadas.
- d) É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença, exceto nos casos em que o trabalho a ser exercido seja compatível com as atividades laborais do servidor.

/ QUESTÃO 12.

Com relação aos deveres e proibições imputados ao servidor público pela Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990, marque a assertiva CORRETA:

- a) Ao servidor público é proibido coagir ou aliciar subordinados a filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político, exceto se fora do ambiente de trabalho.
- b) É proibido ao servidor público exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
- c) É dever do servidor público cumprir toda e qualquer ordem superior e exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, atender com presteza, sem necessidade de observar as normas legais.
- d) É facultado ao servidor representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

/ QUESTÃO 13.

A Lei nº 8.112/90 de 11 de dezembro de 1990 quando trata do regime jurídico dos servidores públicos no âmbito federal, e discorre sobre direitos e deveres dos servidores, desde sua nomeação, suas atribuições até a possíveis desligamentos. Deste modo, analise as seguintes assertivas e marque a CORRETA:

- a) As atribuições do cargo no qual o servidor será empossado podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei, além dos nominados na Lei nº 8.112/90 de 11 de dezembro de 1990.
- b) A nomeação far-se-á em caráter efetivo, independentemente de tratar-se de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
- c) A redistribuição é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- d) Além do vencimento e das vantagens previstas na Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990 o servidor terá direito ao adicional por tempo de serviço.

/ QUESTÃO 14.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990, marque a alternativa CORRETA.

- a) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou avô ou avó, mesmo que não dependa que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, independentemente de comprovação por perícia médica oficial.
- b) O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, sem a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no país.

- c) Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.
- d) Considerar-se-á incorrendo em falta por inassiduidade habitual o servidor que faltar ao serviço, sem ou com causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

/ QUESTÃO 15.

Nos termos da Lei nº 8.112/90, 11 de dezembro de 1990, está CORRETA a seguinte assertiva:

- a) Será assegurada ao servidor licenciado ou afastado sem remuneração a manutenção da vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público.
- b) À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 180 (cento e oitenta) dias de licença remunerada.
- c) Após o trânsito em julgado, o beneficiário condenado pela prática de um crime que tenha dolosamente resultado a morte do servidor, não deixa de perceber o benefício de pensão.
- d) Para os fins desta lei, considera-se sede o município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício, em caráter itinerante.

/ QUESTÃO 16.

Em relação ao processo administrativo federal, regulamentado pela Lei nº 9.784/99, de 29 de janeiro 1999, é CORRETO afirmar que:

- a) A publicidade é a regra para os atos do processo, que devem ter divulgação oficial em qualquer hipótese.
- b) O administrado só pode ser assistido por advogado nos casos em que a lei exigir a defesa técnica.
- c) A autoridade perante a qual se deve iniciar um processo administrativo, como regra geral, é aquela de maior grau hierárquico, a não ser que exista alguma norma que estabeleça a competência de modo específico.
- d) O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência dos atos. O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

/ QUESTÃO 17.

Considere as afirmações abaixo e aponte a CORRETA:

- a) O recurso administrativo perante decisão que rejeita alegação de suspeição tem efeito suspensivo.
- b) Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, antes da decisão do processo, o órgão competente poderá abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros.
- c) O desatendimento da intimação resulta no reconhecimento verdadeiro dos fatos e, conseqüentemente, na renúncia a direito pelo administrado.
- d) Os atos do processo administrativo não podem acontecer fora da sede do órgão, razão pela não se pode acessar quaisquer informações remotamente.

/ QUESTÃO 18.

Leia o que se afirma e marque a assertiva **INCORRETA**, de acordo com o que a Lei nº 9.784/99, de 29 de janeiro e 1999, estabelece a respeito da instrução no processo administrativo federal.

- a) Quando um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo administrativo não terá seguimento até que ele seja apresentado, e quem der causa ao atraso deve ser responsabilizado.

- b) Quando, por disposição de ato normativo, devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.
- c) A autoridade que conduz o processo administrativo deve solicitar que terceiros ou interessados prestem informações ou apresentem provas sempre que necessário. Caso a intimação para esse fim não seja atendida, o órgão competente não pode suprir de ofício essa omissão.
- d) Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução. Inclusive, quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, a obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.

/ QUESTÃO 19.

Leia o que se afirma e marque a alternativa CORRETA, de acordo com o que a Lei nº 9.784/99, de 29 de janeiro e 1999, estabelece sobre o processo administrativo federal.

- a) O órgão só poderá declarar extinto o processo quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.
- b) Quando, no recurso administrativo, alega-se que a decisão recorrida contraria súmula vinculante, a autoridade que prolatou a decisão recorrida, caso não a reconsidere, tem o dever de explicitar as razões do entendimento e posição que adotou em relação à súmula.
- c) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração. No entanto, a convalidação não poderá ser realizada de ofício se acarretar lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros.
- d) A norma administrativa deve ser interpretada da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, permitida a aplicação retroativa de nova interpretação.

/ QUESTÃO 20.

Aponte a assertiva INCORRETA, conforme o que determina a Lei nº 9.784/99, 29 de janeiro e 1999:

- a) O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, a qualquer tempo, em razão do princípio da autotutela administrativa, que, para a administração pública, prevalece em relação ao princípio de segurança jurídica.
- b) Os interessados no processo têm direito à produção de provas. A autoridade só pode recusar as provas quando forem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias e tem obrigação de fundamentar essa decisão.
- c) São impedidos de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria, que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante - aplicando-se tal impedimento também aos cônjuges, companheiros ou parentes e afins, até o terceiro grau -, ou que tenham litigância judicial ou administrativa com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- d) O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências. As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

/ QUESTÃO 21.

Entre as diferentes definições de técnica existentes na literatura, Greco e Benda (1998) as definem como:

- a) Prática em que o ser humano realiza uma habilidade motora esportiva, capacitando-o para a execução de diferentes tarefas de movimento.
- b) Aquisição motora que leva ao aperfeiçoamento do atleta para o êxito no contexto competitivo de diferentes modalidades esportivas.
- c) Interpretação no tempo-espaço e situação do meio instrumental operativo necessária à solução e execução da tarefa ou problema com que se defronta no esporte.
- d) Sucessão de movimentos específicos convenientes desempenhados em diferentes situações em uma modalidade esportiva.

/ QUESTÃO 22.

Segundo Garganta (1995), citado por Voser (2016), existem diferentes formas didático-metodológicas de ensino dos jogos desportivos coletivos. De acordo com o autor, o método de ensino do esporte em que o aprendizado ocorre através do jogo para situações particulares é classificado como:

- a) Centrada em jogos condicionados.
- b) Centrada nas técnicas do esporte.
- c) Centrada na ideia do jogo formal.
- d) Centrada no jogo decomposto.

/ QUESTÃO 23.

Segundo Paes (2005), as tendências pedagógicas que fundamentam os procedimentos para o ensino do esporte devem:

- a) Propiciar um ambiente adequado, diversificado e dar liberdade ao aluno para que ele naturalmente se desenvolva.
- b) Considerar e dialogar com a ideia de complexidade, contrapondo-se unicamente à formação de atletas.
- c) Investir no ambiente externo, no professor e em tecnologia com a qual o aluno se desenvolverá.
- d) Criar perspectivas pedagógicas interessantes quando se pensa no ensino do esporte.

/ QUESTÃO 24.

Rose Júnior (2016) corrobora com vários autores citados na literatura ao considerar que o JOGO é o meio mais específico para o ensino da técnica e da tática em modalidades esportivas coletivas, desde que:

- a) O jogo seja usado considerando-se o desenvolvimento e o aprimoramento das capacidades condicionantes.
- b) As possibilidades técnicas e táticas do jogo sejam desenvolvidas com ênfase nas regras e informações específicas sobre elas.
- c) Seja direcionado à transmissão de um repertório amplo de habilidades técnicas da modalidade.
- d) O procedimento do jogo esteja de acordo com o nível de experiência dos sujeitos e seus níveis de desenvolvimento motor e cognitivo.

/ QUESTÃO 25.

Dantas (2003) define o treinamento desportivo como a ciência de provocar adaptações no organismo de uma pessoa para torná-la mais apta a realizar uma determinada performance. Assim, seu campo é restrito à segunda fase da Síndrome de Adaptação Geral (SAG), sendo ela:

- a) Fase de excitação.
- b) Fase da fadiga.
- c) Fase da resistência.
- d) Fase da exaustão.

/ QUESTÃO 26.

De acordo com Bompa (2005), todo treinador de esporte coletivo estará bem equipado para desenvolver um programa de treinamento efetivo para a equipe se ele possuir um entendimento das exigências fisiológicas específicas do esporte e da posição do jogador durante a partida. Isso é alcançado por meio da:

- a) Análise do tempo-movimento do esporte.
- b) Priorização das competições-alvo no referido esporte.
- c) Periodização ajustada ao calendário do esporte.
- d) Adequada distribuição das sessões de treinamento do esporte.

/ QUESTÃO 27.

Considerando-se os princípios de igualdade de condições para fazer com que vença o melhor nas competições esportivas, temos esquemas pré-definidos e universais que indiscutivelmente promovem esses valores, sendo eles:

- a) Copa do mundo e olimpíadas.
- b) Jogos paralímpicos e torneio.
- c) Torneio e campeonato.
- d) Olimpíadas e jogos paralímpicos.

/ QUESTÃO 28.

Sistema de competições esportivas que tem por objetivo definir com justiça o segundo e o terceiro colocados em uma eliminatória simples, determinando que todos que enfrentaram o campeão devam disputar entre si quem será o segundo colocado, e todos que perderam para o segundo colocado devam disputar a terceira colocação e assim sucessivamente. Assinale a alternativa que corresponde ao conceito explicitado.

- a) Consolação.
- b) Lombardo.
- c) Repescagem.
- d) Bagnall-Wild.

/ QUESTÃO 29.

Segundo Rezende (2007), na elaboração e organização de um evento esportivo, algumas informações são consideradas como disponibilidade para indicar a forma mais viável para a realização das competições esportivas. São elas:

- a) Tempo, locais de realização, recursos humano, material e financeiro.
- b) Qualidade técnica dos competidores e quantidade de participantes.
- c) Características da modalidade esportiva.
- d) Objetivos da competição.

/ QUESTÃO 30.

Todo evento esportivo, independentemente do sistema de disputa, deve possuir um regulamento próprio, denominado de regulamento geral, que deve ser elaborado antes mesmo de serem abertas as inscrições para participar do evento, denotando sua fundamental importância por:

- a) Ser composto unicamente pelo sistema de disputa do evento e seus eventuais critérios de desempate.
- b) Permitir o planejamento, a organização e a otimização dos treinos.
- c) Definir e dar conhecimento de suas características e condições de participação ao público.
- d) Possibilitar o aprendizado das regras oficiais do desporto.

/ QUESTÃO 31.

De acordo com Novaes (2006), em qualquer atendimento de emergência, inicialmente o profissional envolvido com exercício físico e a prática esportiva deve estar familiarizado com isso e considerar algumas etapas e orientações que lhe permitem uma maior organização no atendimento. Assim, a etapa de avaliação do local tem por objetivo:

- a) Prestar atendimento segundo a gravidade.
- b) Avisar ao serviço de auxílio e organizar a remoção.
- c) Afastar curiosos e evitar novos acidentes.
- d) Preservar a segurança do socorrista, proteger a vítima e auxiliar na investigação diagnóstica.

/ QUESTÃO 32.

Em uma ocorrência de fratura fechada durante uma prática esportiva, que procedimento inicial deve ser adotado considerando-se essa circunstância?

- a) Deve-se manter o membro na posição encontrada, somente tentando o alinhamento ou a redução se houver risco para a vítima.
- b) A prioridade deve ser dada ao segmento exposto e à ferida devido à possibilidade de infecções.
- c) A primeira preocupação deve ser com o deslocamento do segmento atingido.
- d) Coloque gaze, lenço ou pano limpo sobre o ferimento e, sem apertar, fixe o curativo.

/ QUESTÃO 33.

Em relação aos aspectos neuromotores do movimento humano (FOSS, 2010), é correto afirmar que o comando dos movimentos complexos é controlado por:

- a) Padrões reflexo medular.
- b) Fibras ascendentes e descendentes.
- c) Níveis medulares superiores e cerebrais.
- d) Receptores articulares, tendões e ligamentos.

/ QUESTÃO 34.

Uma abordagem preventiva e terapêutica da obesidade passa pela ação de múltiplos profissionais, entre eles, o profissional de Educação Física. Segundo Nahas (2013), para que esse profissional obtenha êxito em suas intervenções com as práticas de atividade física à saúde das pessoas, a recomendação do acúmulo dessas práticas ao longo da semana é:

- a) 75' a 150' de atividades físicas vigorosas semanais.
- b) 150' a 300' de atividade física de intensidade moderada semanais.
- c) A combinação das opções anteriores em três ou mais dias da semana.
- d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

/ QUESTÃO 35.

Muitas modificações psicológicas e morfológicas da gravidez persistem de quatro a seis semanas no período pós-parto. A Escola Americana de Obstetrícia e Ginecologia recomenda que (CALDAS, 2001):

- a) A atividade física árdua não exceda a duração de quinze minutos.
- b) Deve interromper qualquer tipo de atividade física nesse período.
- c) As rotinas dos exercícios da gravidez sejam gradualmente retomadas de acordo com a capacidade física da mulher.
- d) A intensidade dos exercícios pode ser de no máximo 140bpm.

/ QUESTÃO 36.

Para que o desporto paralímpico tenha critérios de equidade em relação aos diferentes tipos de deficiência, foram criados sistemas de classificação desportiva com o objetivo de trazer para as competições a maior licitude possível (FREITAS, 2012; PACIOREK, 2004; IPC, 2018). Em relação à sua aplicabilidade, os sistemas de classificação desportiva configuram-se em:

- a) Classificação pessoal e classificação médica.
- b) Classificação médica e classificação funcional.
- c) Classificação funcional e classificação por modalidade.
- d) Classificação individual e classificação funcional.

/ QUESTÃO 37.

Segundo Silva (2019), a intervenção do treinador no desporto paralímpico demanda de:

- a) Voluntariedade que consolide o desporto paralímpico.
- b) Reconhecimento social pautado em um trabalho solidário.
- c) Conhecimento especializado quanto às características que envolvem as deficiências.
- d) Iniciativas pautadas em uma ampla experiência no contexto desportivo.

/ QUESTÃO 38.

Os esportes adaptados e específicos podem ser praticados sob a forma de:

- a) Lazer, educacional e participativo.
- b) Esporte de alto rendimento, lazer ou reabilitação.
- c) Reabilitação, lazer e educação.
- d) Educação, participativo e recreativo.

/ QUESTÃO 39.

Para evitar situações lesivas ao iniciar um trabalho de iniciação no futsal, considerado como um esporte de contato, essa atividade motora deverá ser adaptada às pessoas cegas e com baixa visão em relação a:

- a) Ênfase à adaptação à orientação temporal.

- b) Adaptação ao implemento do jogo com sinalização sonora.
- c) Um clima de descontração e satisfação nessa prática.
- d) Domínio da orientação espacial.

/ QUESTÃO 40.

Ao propor um programa com o objetivo de desenvolver atividades físicas à promoção da saúde, Nahas (2013) denota a necessidade de distinguir os componentes inerentes à aptidão relacionados à saúde, sendo eles:

- a) Força e resistência muscular, flexibilidade, resistência aeróbica e a composição corporal.
- b) Resistência aeróbica, agilidade, flexibilidade e velocidade.
- c) Composição corporal, flexibilidade e resistência anaeróbica.
- d) Força e resistência muscular, flexibilidade e velocidade.

/ QUESTÃO 41.

De acordo com Guedes (2006), ao optar pela utilização de equações envolvendo medidas antropométricas para predição da quantidade de gordura corporal, deve-se:

- a) Utilizar a equação de forma que a medida seja expressa em percentual.
- b) Observar o princípio de validação dessa equação a partir da amostra de indivíduos pertencentes à população que se pretende utilizar.
- c) Considerar equações que contemplem a maior diversidade populacional.
- d) Empregar equações que contemplem as distinções entre as medidas de dobras cutâneas e das circunferências.

/ QUESTÃO 42.

Heyward (2004) descreve que antes de avaliar o perfil de aptidão física das pessoas, é importante classificar o estilo de vida e o estado de saúde, pois:

- a) Identifica pessoas com contraindicações, fatores de risco e doenças.
- b) Permite identificar os padrões estéticos desejados pelos sujeitos.
- c) Possibilita selecionar os testes mais adequados aos sujeitos.
- d) As alternativas “a” e “c” são corretas.

/ QUESTÃO 43.

Conforme o horário de aplicação e seus objetivos, recomenda-se que o profissional de Educação Física elabore exercícios físicos que influenciem positivamente a redistribuição sanguínea e, conseqüentemente, a melhoria da oxigenação corporal, que permite a metabolização eficiente do ácido láctico e demais resíduos que interferem no desempenho do trabalhador (BRANCO, 2015). O enunciado remete a que tipo de ginástica laboral?

- a) Compensatória ou de pausa.
- b) Preparatória ou de aquecimento.
- c) De relaxamento.
- d) Geral e olímpica.

/ QUESTÃO 44.

Segundo Branco (2015), as técnicas de aplicação da ginástica laboral exigem conhecimentos do profissional de Educação Física que tornam esse serviço um programa estratégico nas empresas, sendo eles:

-
- a) Conhecimento prévio dos setores da empresa, preparando-se para respeitar suas normas de segurança.
 - b) Os riscos ambientais (químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes de trabalho) que podem estar relacionados a suas atividades profissionais.
 - c) Conhecimentos na área da fisiologia do exercício, ergonomia, técnicas de relaxamento, flexibilidade e alongamento.
 - d) Todas as alternativas estão corretas.

/ QUESTÃO 45.

Ao planejar um programa de atividades aquáticas, é indispensável que o instrutor desenvolva um trabalho (CALDAS, 2008):

- a) Dinâmico, divertido e lógico.
- b) Seguro, eficaz e divertido para os alunos.
- c) Divertido, integrativo e sequenciado.
- d) Cronológico, integrativo e seguro.

/ QUESTÃO 46.

Segundo Caldas (2001), a aula no meio aquático deve incluir:

- a) Aquecimento, treino respiratório e relaxamento, condicionamento muscular e alongamento final.
- b) Aquecimento lúdico, treinamento respiratório e alongamento final.
- c) Pré-alongamento, condicionamento muscular e relaxamento.
- d) Aquecimento cardiorrespiratório, treino respiratório e relaxamento.

/ QUESTÃO 47.

As recomendações do American College of Sports Medicine (ACSM), descritas por Simão (2004), especificam critérios de alto risco a pacientes que devem ser considerados como diretrizes para exclusão de pacientes para o treinamento de força:

- a) Doença severa das artérias coronarianas.
- b) Sobrevivência da fibrilação ventricular não associado ao infarto.
- c) Doença severa do pulmão restritiva ou obstrutiva.
- d) As alternativas anteriores estão corretas.

/ QUESTÃO 48.

De acordo com Foss (2010), a existência da relação anatômica inversa do controle do movimento pelos córtex motor é evidenciada pela:

- a) Ausência da coordenação motora fina do corpo.
- b) Apoplexia.
- c) Coordenação total dos movimentos corporal.
- d) Ausência da coordenação motora ampla do corpo.

/ QUESTÃO 49.

A pirâmide de exercício e de atividade física desenvolvida pela companhia de seguros Metropolitan Life (1995) ilustra uma periodicidade de atividade física e exercício para promover um estilo de vida ativo, sendo referência do Diretor de Saúde dos Estados Unidos (DHHS, 1996) como prevenção contra as doenças crônicas degenerativas. No entanto, é recomendado que um dos componentes da pirâmide deva ser praticado **EVENTUALMENTE** por exigir uma sólida aptidão física e oferecer poucos benefícios à saúde, sendo:

- a) Os exercícios de alta intensidade.
- b) As atividades de recreação.
- c) Os exercícios aeróbicos.
- d) As atividades da vida diária.

/ QUESTÃO 50.

Estudos epidemiológicos realizados por Fagard et al. (1999) mostram uma relação inversa entre pressão arterial e o nível de atividade física em mulheres e homens hipertensos, denotando que o efeito de redução da pressão arterial depende (HEYWARD, 2004):

- a) Do índice de massa corporal.
- b) Da idade do indivíduo.
- c) Da pressão arterial inicial.
- d) Nenhuma das alternativas.

FOLHA DE
REDAÇÃO

CPF: _____

Nº Insc.: _____

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CPF: _____

Nº Insc.: _____

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	